

Pós-Graduação a distância

Direito Constitucional

Disciplinas:

- 1) Teoria Da Constituição**
- 2) Direitos Fundamentais: Elementos Teóricos e Dogmáticos**
- 3) Da Organização do Estado**
- 4) Da Administração Pública**
- 5) Da Organização Dos Poderes**
- 6) Dos Princípios Processuais e Garantias Constitucionais**
- 7) Jurisdição Constitucional**
- 8) Sistema Constitucional Tributário**
- 9) Da Ordem Econômica**
- 10) Da Seguridade Social**
- 11) Direito Constitucional Ambiental**
- 12) Direito Constitucional Eleitoral**
- 13) Direito Constitucional Privado**
- 14) Direito Constitucional Penal**
- 15) Teoria Do Estado, Decolonialidade Jurídica e Novo Constitucionalismo Latino-Americano**

Ementas:

Disciplina 1 - TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1. Constitucionalismo 1.1 Constitucionalismo inglês 1.2 Constitucionalismo norte-americano 1.3 Constitucionalismo francês 1.4 (Neo) Constitucionalismo 2. Do conceito de Constituição 2.1 Conceito Sociológico 2.2 Conceito Político 2.3 Conceito Jurídico 2.4 Conceito Estruturante 2.5 Classificação das constituições 3. Supremacia constitucional 4.

Poder Constituinte 4.1 O pensamento de Emmanuel Joseph Sieyès 4.2 Tipologia do Poder Constituinte 4.2.1 Poder Constituinte Originário 4.2.2 Poder Constituinte Derivado 4.2.2.1 Poder Constituinte Reformador 4.2.2.2 Poder Constituinte Decorrente 4.3 A Constituição e as leis à ela anteriores 4.3.1 Relação entre Constituição nova e a Constituição anterior 4.3.1.1 Revogação 4.3.1.2 Desconstitucionalização 4.3.2 Constituição nova e legislação infraconstitucional anterior 4.3.2.1 Revogação 4.3.2.2 Recepção. 5. Hermenêutica Constitucional.

Disciplina 2 - DIREITOS FUNDAMENTAIS: ELEMENTOS TEÓRICOS E DOGMÁTICOS

1. Evolução histórica 2. *Gerações* ou *Dimensões* dos Direitos Fundamentais? 3. Direitos fundamentais e Direitos humanos: aproximações 4. Características dos Direitos Fundamentais 5. Titularidade dos Direitos Fundamentais 5.1 Titularidade das pessoas físicas 5.2 Titularidade das pessoas jurídicas 5.3 Titularidade dos direitos individuais 5.3.1 Titularidade dos direitos políticos 5.4 Titularidade dos direitos sociais 5.5 Titularidade dos Direitos Econômicos 5.6 Titularidade dos Direitos Culturais 5.6.1 Os Conceitos de Cultura e Direito à Cultura 5.6.2 Cultura e cidadania 6. Limites dos direitos fundamentais 7. Colisão de direitos fundamentais 8. Eficácia dos direitos fundamentais. 9. Direitos fundamentais em espécie 9.1 Direito à liberdade 9.1.1 O direito à liberdade na Constituição Federal 9.1.2 Direito fundamental à liberdade e as pessoas com deficiência 9.1.3 Restrições à liberdade individual 9.2 Direito fundamental a igualdade 9.3 Direito à integridade pessoal 9.3.1 Direito à integridade física 9.3.2 Direito à integridade psíquica 9.3.3 Direito à integridade moral 9.3.4. Da vedação à tortura 9.4. Liberdade de pensamento e de expressão 9.4.1 A liberdade de pensamento na CF 9.5 Liberdade Religiosa 9.6 Liberdade de Culto 9.7 Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação 9.8 Liberdade de comunicação 9.8.1 Liberdade de comunicação e sigilo de dados e correspondência 9.9 Liberdade de informação 9.10 Direito fundamental à intimidade, vida privada, honra e imagem 9.11 Da inviolabilidade do domicílio 9.12 Liberdade de exercício profissional 9.13 Liberdade de Reunião e de Associação 9.14 Direito de Propriedade 9.14.1 Da função social da propriedade 9.14.2 Das restrições ao direito de propriedade 9.14.2

Garantias do titular do direito de propriedade 9.15 Direito de herança 9.16 Direito de Petição e Direito a receber certidões 10. Dever Fundamental de Solidariedade. 11. Dos Direitos Sociais em espécie 11.1. Direito ao trabalho: natureza e definição 11.2 Proteção e garantia do emprego 11.3 Das diversas espécies de salário e remuneração 11.4 Participação nos lucros 11.5 Duração do trabalho, repouso, férias e licenças 11.6 Aviso prévio 11.7 Saúde 11.8 Prazos prescricionais 11.9 A igualdade nas relações de trabalho 11.10 Trabalho como qualificação social 11.11 Dos trabalhadores domésticos 11.12 Direitos associativos 11.13 Direito de greve 11.14 A representação não-sindical dos empregados. 12. Da nacionalidade: conceito 12.1 Dos tipos de nacionalidade 12.2 Da nacionalidade na Constituição Federal 12.2.1 Dos brasileiros natos 12.2.2 Dos brasileiros naturalizados 12.3 Da perda da nacionalidade 12.4 Da igualdade entre portugueses e brasileiros.

Disciplina 3 - DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

1. Formas de Estado 2. Elementos característicos do Estado federal 2.1 Descentralização político-administrativa dos entes federativos 2.2 Autonomia constitucional das unidades federativas 2.3 Indissolubilidade do vínculo federativo 2.4 Rigidez constitucional 2.5 Representação política para formação da vontade nacional 2.6 Instituição de um Tribunal para dirimir conflitos entre os entes da federação 2.7 Repartição de receitas 3. Tipos de federalismo 4. A Organização do Estado na Constituição Federal de 1988 4.1 A União 4.1.1 Bens da União 4.2 Os Estados-membros 4.2.1 Auto-organização estadual: poder constituinte decorrente e Constituição estadual 4.2.2 Auto-governo 4.2.3 Auto-administração 4.3 Os Municípios 4.4 O Distrito Federal 4.5 Territórios 5. Formação e mudança dos Estados 5.1 Procedimento 6. Formação e mudança dos Municípios 7. A repartição de competências na Constituição de 1988 7.1 O princípio da “predominância do interesse” 7.2 Classificação das competências 7.2.1 Quanto à forma 7.2.2 Quanto ao conteúdo 7.2.3 Quanto à extensão 7.2.4 Quanto à origem 7.2.5 Competências administrativas 7.2.5.1 Competência exclusiva 7.2.5.2 Competências comuns 7.2.6 Competências legislativas 7.2.6.1 Competência privativa da União 7.2.6.2 Competência residual dos Estados-membros 7.2.6.3 Competência concorrente 7.2.6.4 Competência

legislativa dos Municípios 8. Das vedações constitucionais federativas 9. Da intervenção 9.1 Características 9.2 Modalidades 9.3 Da intervenção federal 9.3.1 Pressupostos materiais 9.3.2 Decretação da medida interventiva 9.3.3 Iniciativa 9.3.3.1 De ofício 9.3.3.2 Por provocação 9.3.3.2.1 Por solicitação 9.3.3.2.2 Por requisição.

Disciplina 4- DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios constitucionais da Administração Pública 1.1 Princípio da legalidade 1.2 Princípio da impessoalidade 1.3 Princípio da moralidade 1.4 Princípio da publicidade 1.5 Princípio da eficiência 2. Administração Pública: estrutura organizacional 3. Agentes Públicos 3.1 Conceito 3.2 Classificação 4. Cargo, emprego e função pública 4.1 Acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas 4.2 Concurso público 4.2.1 Prazo de validade de concurso público 4.3 Cargos em comissão 4.4 Do provimento 4.4.1 Nomeação 4.4.2 Promoção 4.4.3 Readaptação 4.4.4 Reversão 4.4.5 Aproveitamento 4.4.6 Reintegração 4.4.7 Recondução 5. Vacância 6. Estabilidade, exoneração e demissão 7. Dos servidores públicos 7.1 Direitos e garantias dos servidores públicos 8. Remuneração dos agentes públicos. 9. Licitações e contratos administrativos.

Disciplina 5 - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

1. O termo "Poder" 2. Partilha do Poder 3. Critérios para divisão do Poder 4. Os três Poderes do Estado 5. Funções do Estado 5.1 Função legislativa 5.2 Função jurisdicional 5.3 Função administrativa 6. Do Poder Legislativo 6.1 Estrutura do Poder Legislativo 6.1.2 Do Congresso Nacional: composição 6.2. Da sessão legislativa 6.2.1 Sessão legislativa ordinária 6.2.2 Sessão legislativa extraordinária 6.2.3 Sessão legislativa preparatória 6.2.4 Sessão especial ou solene 6.2.5 Sessões ordinárias 6.2.6 Sessões extraordinárias 6.2.7 Das Sessões conjuntas do Congresso Nacional 6.3 Das Atribuições do Congresso Nacional 6.4 Das deliberações do Congresso Nacional 6.5 Da Câmara dos Deputados 6.5.1 Da Mesa Diretora 6.5.2 Dos Deputados Federais 6.6 Do Senado Federal 6.6.1 Da Mesa Diretora 6.6.2 Dos Senadores 6.7 Das imunidades 6.8 Das Comissões Parlamentares 6.8.1 Das Comissões Parlamentares Permanentes e Temporárias 6.8.1.1 Das Comissões Parlamentares de

Inquérito 6.9 Do Processo Legislativo 6.9.1 Das Espécies Normativas 6.9.1.1 Das emendas à Constituição 6.9.1.2 Da lei complementar, ordinária e delegada 6.9.1.2.1 Iniciativa 6.9.1.2.1.1 Iniciativa comum 6.9.1.2.1.2 Iniciativa reservada 6.9.1.2.2 Fase constitutiva 7. Do Poder Executivo 7.1 Introdução 7.2 Do Presidente da República 7.2.1 Da eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República 7.2.2 Da vacância do cargo 7.2.3 Das Atribuições do Presidente da República 7.2.4 Da responsabilidade do Presidente da República 7.3 Dos Ministros de Estado 7.4 Do Conselho da República 7.5 Do Conselho de Defesa Nacional. 8. Do Poder Judiciário 8.1 Fundamento e estrutura constitucional do Poder Judiciário 8.2 Integração normativa 8.3 Dos órgãos do Poder Judiciário 8.3.1 Supremo Tribunal Federal 8.3.2 Superior Tribunal de Justiça 8.3.3 Justiças Especializadas 8.3.3.1. Justiça do Trabalho 8.3.3.2 Justiça Eleitoral 8.3.3.3 Justiça Militar 8.3.4. Justiça Comum 8.3.4.1. Justiça Federal 8.3.4.2. Justiça dos Estados 8.4 Conselho Nacional de Justiça 8.5 Função e características da jurisprudência 8.6 Garantias judiciais 8.7 Das vedações aos magistrados 8.8 Governo e administração dos órgãos jurisdicionais. 9. Das funções essenciais à Justiça.

Disciplina 6. DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

1. Constituição e Processo. 2. Princípios constitucionais processuais 2.1 Princípio da independência da Poder Judiciário 2.2 Devido processo legal 2.3 Juiz Natural 2.4 Promotor natural 2.5 Inafastabilidade da tutela jurisdicional 2.6 Proibição de provas ilícitas 2.7 Contraditório e ampla defesa 2.8 Publicidade 2.9 Motivação das decisões judiciais 2.10 Duplo grau de jurisdição 2.11 Duração razoável do processo 2.12. Presunção de inocência. 3. Garantias constitucionais 3.1. Ação Popular 3.1.1 Fundamento constitucional 3.1.2 Legitimidade ativa 3.1.3 Legitimidade passiva 3.1.4 Objeto 3.1.5 Competência 3.1.6 Da sentença 4. Ação Civil Pública 4.1 Fundamento constitucional 4.2 Legitimidade ativa 4.3 Legitimidade passiva 4.4 Objeto 4.5 Competência 4.6 Da sentença 5. Do Mandado de Injunção 5.1 Fundamento constitucional 5.2 Integração normativa 5.3 Objeto 5.4 Legitimidade ativa e passiva 5.5 Procedimento 5.6 Decisão de mérito 6. Mandado de Segurança 6.1 Fundamento constitucional 6.2 Objeto 6.3 Prazo para impetração 6.4

Legitimidade ativa 6.6 Autoridade coatora 6.7 Procedimento 6.8 Do mérito 6.9 Do mandado de segurança coletivo 7. Habeas corpus 7.1 Objeto 7.2 Legitimidade ativa 7.3 Legitimidade passiva 7.4 Procedimento e decisão de mérito 8. Habeas data 8.1 Objeto 8.2 Legitimidade ativa 8.3 Legitimidade passiva 8.4 Procedimento e decisão de mérito.

Disciplina 7 - JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

1. Da Jurisdição Constitucional 2. Controle de constitucionalidade: conceito e pressupostos de existência 3. Da supremacia constitucional 4. Classificação do controle de constitucionalidade 4.1 Quanto ao momento da fiscalização 3.2 Quanto ao número de órgãos incumbidos do controle de constitucionalidade 3.3 Quanto à natureza do órgão competente para controlar a constitucionalidade 3.4 Quanto à finalidade do controle 3.5 Quanto à (des) vinculação à um caso concreto quando de sua provocação 3.6 Quanto à forma de provocação do controle de constitucionalidade 4. Da inconstitucionalidade 4.1 Dos tipos de inconstitucionalidade 4.1.1 Inconstitucionalidade formal e material 4.1.2 Inconstitucionalidade originária ou superveniente 4.1.3 Inconstitucionalidade direta ou reflexa 4.1.4 Inconstitucionalidade por ação ou omissão 4.2.3 Inconstitucionalidade total ou parcial 5. Do controle difuso de constitucionalidade no Brasil 5.1 Finalidade 5.2 Legitimidade 5.3 Em qual ação, processo ou procedimento? 5.4 Do princípio da reserva de plenário 5.4.1 Do incidente de inconstitucionalidade 5.4.1.1 Da reserva de plenário 5.5 Dos efeitos da decisão judicial 6. Ação direta de inconstitucionalidade genérica 6.1. Finalidade 6.1.2 Fundamento constitucional e integração normativa 6.1.3 Parâmetro 6.1.4 Objeto 6.1.5 Legitimidade ativa 6.1.6 A função do Advogado-Geral da União 6.1.7 Do Procurador-Geral da República 6.1.8 Da medida cautelar 6.1.9 Do mérito 6.1.10 Efeitos da decisão 6.2 Ação declaratória de constitucionalidade 6.2.1 Finalidade 6.2.2 Fundamento constitucional e integração normativa 6.2.3 Parâmetro 6.2.4 Objeto 6.2.5 Requisito 6.2.6 Legitimidade ativa 6.2.7 Do Procurador-Geral da República 6.2.8 Da medida cautelar 6.2.9 Do mérito 6.3 Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF 6.3.1 Finalidade 6.3.2 Fundamento constitucional e integração normativa 6.3.3 Parâmetro 6.3.4 Legitimidade ativa 6.3.5 Objeto 6.3.6 Do Procurador-Geral da República 6.3.7 Da medida cautelar 6.3.8

Do mérito 7. Das técnicas decisórias em sede de controle de constitucionalidade 7.1 Interpretação conforme à constituição 7.2 Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto 7.3 Apelo ao legislador.

Disciplina 8. SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

Do Sistema Constitucional Tributário 1.1 Dos princípios constitucionais tributários 1.1.1 Princípio da legalidade tributária 1.1.2 Princípio da igualdade tributária 1.1.3 Princípio da capacidade contributiva 1.1.4 Princípio da anterioridade 1.1.5 Princípio da irretroatividade 1.1.6 Princípio da vedação do confisco 2. Da classificação dos tributos 2.1 Da hipótese de incidência tributária como critério classificatório 2.1.1 Tributos vinculados 2.1.2 Tributos não vinculados 3. Das imunidades tributárias 3.1 Imunidade recíproca 3.2 Imunidade sobre templos de qualquer culto 3.3 Imunidades dos partidos políticos, das instituições educacionais e assistenciais 3.4 Imunidades sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão 3.5 Imunidades sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil 3.6 Imunidades de taxas e de contribuições 4. Da Competência Tributária 4.1 Características da Competência Tributária 4.2 Competência Tributária da União Federal 4.2.1 Imposto de importação de produtos estrangeiros 4.2.2 Imposto de exportação 4.2.3 Imposto sobre produtos industrializados 4.2.4 Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza 4.2.5 Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários 4.2.6 Imposto sobre a propriedade territorial rural 4.2.7 Imposto sobre grandes fortunas 4.3 Competência tributária dos Estados e do Distrito Federal 4.3.1 Imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos 4.3.2 Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços 4.3.3 Imposto sobre a propriedade de veículos automotores 4.4 Competência tributária dos Municípios 4.4.1 Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana 4.4.2 Imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis e de direitos a ele relativos 4.4.3 Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

Disciplina 9- DA ORDEM ECONÔMICA

1. Da Constituição Econômica 2. Princípios do Direito Constitucional Econômico 3. Princípios de funcionamento 3.1 Soberania nacional 3.2 Propriedade privada 3.3 Livre concorrência e defesa do consumidor 3.4 Defesa do meio ambiente 4. Princípios-fins 4.1 Redução das desigualdades regionais e sociais 4.2 Busca do pleno emprego: existência digna para todos 4.3 Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte 5. Da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei nº 13.784/19) 5.1 Dos critérios de interpretação e aplicação 5.2 Competência concorrente 5.3 Dos princípios vetores e direito de liberdade econômica 5.4 Deveres da Administração Pública. GRAU, Eros Roberto

Disciplina 10 - DA SEGURIDADE SOCIAL

1. Da estrutura da Seguridade Social 2. Princípios Constitucionais 2.1 Universalidade da cobertura e do atendimento 2.2 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais 2.3 Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços 2.4 Irredutibilidade do valor dos benefícios 2.5 Equidade na forma de participação no custeio 2.6 Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social 2.7 Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados 3. Da Saúde 4. Da Previdência Social 4.1 Das Prestações (benefícios) previdenciárias 4.2 Da aposentadoria 5. Assistência Social.

Disciplina 11 - DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL

1. Proteção constitucional ao meio ambiente 2. Princípios constitucionais do direito ambiental. 2.1 Princípios da prevenção e precaução 2.2 Princípio do desenvolvimento sustentável. 2.3 Princípio do poluidor-pagador. 2.4 Princípio da globalidade. 2.5 Princípio da solidariedade entre gerações 3. Direitos e deveres constitucionais ambientais.

Disciplina 12 - DIREITO CONSTITUCIONAL ELEITORAL

1. Princípios Constitucionais do Direito Eleitoral e do Direito Partidário. 2. Sistemas eleitorais. 3. Da Justiça Eleitoral. 4. Partidos Políticos. 5. Os Direitos Políticos Ativos e Passivos 6.1 Os Direitos Políticos na Constituição Federal 7. Das condições de elegibilidade 8. Perda e suspensão dos direitos políticos.

Disciplina 13- DIREITO CONSTITUCIONAL PRIVADO

1. Constitucionalização do direito privado 2. Princípios constitucionais do direito privado. 3. Liberdade e autonomia da vontade 4. Direito fundamental à propriedade 4. A família na Constituição Federal de 1988.

Bibliografia

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

14. DIREITO CONSTITUCIONAL PENAL

1. Direito Penal Constitucional. 2. Princípios constitucionais penais e os mandamentos de criminalização. 3. Entre a mínima intervenção e a expansão penal: Teorias da intervenção mínima e teorias expansionistas. 4. Constituição, Funcionalismo e Garantismo Penal. 5. Entre o direito fundamental à liberdade e o direito fundamental à segurança.

Bibliografia

BARROS LIMA, Alberto Jorge Correia de. **Direito Penal Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

15- TEORIA DO ESTADO, DECOLONIALIDADE JURÍDICA E NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO.

1. Estado Moderno e Crise Democrática. 2- Colonialidade do Poder. Epistemologias do Sul e Neoconstitucionalismo. 3- Novo constitucionalismo latino-americano.